



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

PORTARIA CONJUNTA GBPM E PGM Nº 24.194, DE 22 DE MARÇO DE 2024

Dispõe sobre o trâmite, dos atos, dos documentos, dos processos administrativos comuns e dos processos administrativos especiais, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que exijam a assinatura do Chefe do Poder Executivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA e a PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, nos termos, respectivamente, do inciso VI do *caput* do art. 71 e do art. 94 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que “a utilização do SEI é obrigatória para todos os órgãos da Administração Pública Municipal, tanto da Administração Direta quanto da Administração Indireta, nos termos da Lei Complementar nº 4.570, de 30 de março de 2023”, nos termos do art. 3º do Decreto nº 4.084, de 26 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de modernizar a tramitação de documentos no âmbito da Administração Municipal, por meio da adoção de ferramenta de produção e tramitação de documentos digitais que resultará na diminuição do fluxo de papel, melhoria da rastreabilidade dos documentos, garantia da integridade da informação, eliminação do uso de espaços físicos adicionais e custos inerentes à guarda de processos e economia de gastos com transporte de documentos, compra de papel e impressão departamental;

CONSIDERANDO que na hipótese de inexistência de previsão legal que imponha ao parecer um caráter obrigatório, o posicionamento da Procuradoria-Geral do Município é tão somente opinativo, eis tratar-se de “assessoramento jurídico-legal” a órgão da Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

CONSIDERANDO que não cabe à Procuradoria-Geral do Município analisar o mérito do ato administrativo, avaliando a conveniência e oportunidade da decisão do agente público, bem como não lhe compete conferir a correção técnica de declarações profissionais de outras áreas da ciência, eis que sua atuação se dá à luz do artigo 92 da Lei Orgânica do Município, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 4.397, de 2022; e

CONSIDERANDO que o Manual de Boas Práticas Consultivas elaborado pela Advocacia-Geral da União dispõe: “o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade”,

RESOLVEM:

Art. 1º Determinar que os atos, os documentos, os processos administrativos comuns e os processos administrativos especiais, que exijam a assinatura do Chefe do Poder Executivo, sejam remetidos à unidade GBPM/GAB (Gabinete do Prefeito), por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com exceção do disposto no § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.084, de 26 de outubro de 2022.

§ 1º Em caso de dúvida jurídica, a unidade GBPM/GAB remeterá as hipóteses de que trata o *caput* à unidade PGM/GAB.

§ 2º Nas hipóteses de que trata o *caput*, em que a Procuradoria-Geral opinou, por meio de manifestação jurídica vinculante, pela aprovação favorável com ressalvas, o Secretário Municipal do órgão responsável deverá anuir expressamente às ressalvas apontadas e comprovar o seu integral atendimento, na forma do Anexo Único, e nos demais documentos complementares que se fizerem necessários.

§ 3º Nas hipóteses de que trata o *caput*, em que a Procuradoria-Geral opinou, por meio de manifestação jurídica facultativa, pela aprovação favorável com ressalvas, o Secretário Municipal poderá discordar motivadamente da manifestação jurídica.

§ 4º Na hipótese de que trata o § 3º e que requeira assinatura do Chefe do Poder Executivo, o Secretário Municipal deverá remeter o processo SEI à unidade GBPM/GAB, com todos os atos, incluindo sua discordância expressa e devidamente motivada das ressalvas apontadas na manifestação jurídica facultativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

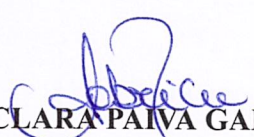
§ 5º A declaração de que trata o Anexo Único também deverá ser utilizada pelo Secretário Municipal, quando ele anuir com as ressalvas apontadas em manifestações jurídicas facultativas da Procuradoria-Geral do Município.

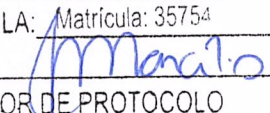
§ 6º Em caso de dúvida de ordem técnica que envolva um ou mais órgãos municipais, a unidade GBPM/GAB remeterá as hipóteses de que trata o *caput* à (s) unidade (s) afeta (s), em consonância com as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 4.570, de 30 de março de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Santa Luzia, 22 de março de 2024

LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA


ANA CLARA PAIVA GABRICH
PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Santa Luzia
PUBLICADO EM: <u>22/03/24</u>
NOME: <u>Jéssica Marcilio de Oliveira</u>
MATRÍCULA: <u>Matrícula: 35754</u>

SETOR DE PROTOCOLO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ANEXO ÚNICO

(de que tratam os §§ 2º e 5º do art. 1º)

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ÀS RESSALVAS APONTADAS EM MANIFESTAÇÃO JURÍDICA

CONSIDERANDO que “o Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais, Diretores ou Assessores”, nos termos do art. 61 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que compete ao órgão demandante observar as ressalvas pontuadas pela Procuradoria-Geral do Município, por meio de manifestação jurídica;

CONSIDERANDO que o Secretário Municipal deve se municiar dos conhecimentos específicos imprescindíveis às necessidades da Administração Pública, observando os requisitos legalmente impostos; e

CONSIDERANDO a delegação dos atos de ordenação de despesas de que trata o Decreto nº 3.996, de 08 de abril de 2022, no qual foi delegada a competência para os atos de ordenação de despesa do Poder Executivo Municipal a cada Secretário Municipal, no âmbito das Secretarias Municipais,

Eu, _____, declaro que adequei a minuta do _____, constante do Processo SEI nº _____, à (as) seguinte (s) ressalva (s) constante (s) do Parecer Jurídico nº _____:

Dessa forma, a minuta _____ constante do Processo SEI nº _____ encontra-se devidamente adequada e pronta para a assinatura do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Respeitosamente,

(Assinatura do (a) Secretário (a))

LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

ANA CLARA PAIVA GABRICH
PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO

Av. VIII, n. 50, Bairro Carreira Comprida
Santa Luzia – MG / CEP 33.045-090

Prefeitura Municipal de Santa Luzia
PUBLICADO EM: 22/03/24
NOME: Jéssica Marcílio de Oliveira
MATRÍCULA: Matrícula: 35754

SETOR DE PROTOCOLO